



ANÁLISE SOBRE AÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM GRUPOS DE TRABALHOS DA ANPED (2007-2011)

BONDARENCO, Priscila Freire¹

Resumo - Neste trabalho, apresentamos o resultado de uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfico que teve como objetivo analisar como são sistematizadas pelos pesquisadores as políticas inclusivas de crianças com necessidades educacionais especiais, por meio das pesquisas publicadas no site da ANPED no período de 2007-2011. No decorrer da pesquisa, expusemos pontos significativos de como a história da educação infantil tem sido apresentada para nós educadores e ainda evidenciamos conceitos sobre as políticas da inclusão escolar. O trabalho norteou-se em categorizar os artigos sobre a inclusão de pessoas com necessidade educacionais especiais, e os fatores que auxiliam em seu desenvolvimento.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação Infantil. Anped

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a educação de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no que diz respeito a práticas educativas tem gerado na esfera social largos debates acerca da sua importância para o desenvolvimento integral da criança. Diante disso, no Brasil, mais propriamente no início da década 90 foi marcada pelo avanço dos estudos acerca da Escolarização de pessoas com NEE. Para tanto, neste artigo, nossa atenção se voltará especialmente para as questões que envolvem as políticas inclusivas de crianças com necessidades educacionais especiais, por meio das pesquisas publicadas no site da ANPED no período de 2007-2010, bem como, os aspectos históricos da educação Infantil no Brasil e como ela se encontra no início do século XXI.

Abordaremos nesse artigo, no segundo tópico, os avanços da inclusão escolar no que diz respeito a educação infantil e, no terceiro tópico, a inclusão social de crianças com NEE e

¹ Mestranda em Educação no Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Maringá (2015-2017). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá, Brasil (2011). Possui especialização em Educação Especial pelo Instituto Paranaense de Ensino (2012). Possui especialização em Panlexia plus, programa de reeducação das dificuldades específicas da linguagem: Leitura e Escrita (2013). Docente das séries iniciais do Ensino Fundamental I. Tutora da Educação a Distância- UEM-Maringá. (2013).



suas bases legais. No quarto tópico faremos uma categorização de todos os artigos encontrados nesse período, bem como um esquema das categorias em que os artigos se enquadram.

EDUCAÇÃO INFANTIL: Breve histórico e cenário atual

No início do século XXI a educação infantil é definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) como parte da educação básica, a lei define, também, nas disposições transitórias, a passagem das creches para o sistema educacional como um direito da criança, mas nem sempre foi assim. Kishimoto (1986, p. 28) aponta um movimento duplo das instituições voltadas para o cuidado e a educação de crianças de zero a seis anos. O primeiro foi o movimento de espírito assistencialista das creches e escolas maternais que foram criadas em função do trabalho industrial feminino e que acolhiam crianças pobres, em estado de desnutrição e desamparo. A segunda foi de tendência educacional dos jardins de infância e pré-escolas que atendiam crianças de quatro a seis anos de idade, oriunda de famílias com melhores condições financeiras e sua função era prepará-las para o ingresso na escola.

Entre as décadas de 70 e 80, acontece um novo período de inovação de políticas sociais nas áreas de educação, saúde, assistência social, etc. Com a Constituição de 1988 se tem a construção de um regime de colaboração entre estados e municípios, nos serviços de saúde e educação de primeiro grau.

Podemos afirmar que, com Constituição Federal de 1988, a educação das crianças de 0 a 6 anos, que era idealizada, muitas vezes, como de acolhida e assistência, passou a figurar como direito de todo cidadão, bem como dever do Estado, numa perspectiva educacional. Nesse sentido, a proteção integral às crianças deve ser garantida, com absoluta prioridade, pela família, pela sociedade e pelo poder público. Percebemos, a reafirmação da gratuidade do ensino público em todos os níveis, além também de reafirmar serem as creches e as pré-escolas um direito da criança de todas as crianças, a ser garantido como parte do sistema de ensino básico, isto é, a atual Constituição (BRASIL, 1988).



Em seguida, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96) relata que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 9394/96, art. 29)

Essa lei foi devidamente aprovada nesse panorama político, pelo fato do seu processo de elaboração ter sido longo, ela reitera o dever do Estado para com a educação infantil e a unifica aos sistemas de ensino, passando assim, a ser reconhecida com primeiro nível da educação básica.

Diante disso, para regulamentar os dispositivos legais presentes na LDB referentes à educação infantil, foram elaborados, no período de 1997 e 1998 outros dois documentos importantes: o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil - RCNEI (BRASIL, 1998) que viabilizou um direcionamento, para esse ensino e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 1999).

Os documentos foram criados no contexto das reformas educacionais da década de 1990. Apesar de observar o cuidar como parte do educar, o RCNEI, oferece grandes e importantes aspectos da educação de crianças como a interação, o brincar, a higiene, as aprendizagem orientadas, entre outros.

Neste contexto, em consonância com a educação infantil, houve na década de 90 no Brasil várias discussões acerca da escolarização de pessoas com necessidades educativas especiais (NEE), e também o grande aumento de publicações acadêmicas que tratavam sobre o referido tema, que podemos encontrar no referido site analisado no decorrer do artigo.

OS AVANÇOS DA INCLUSÃO ESCOLAR: Atendimento Educacional Especializado-AEE

Com base na Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96), a educação especial é apresentada como “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de



ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). O que apresentaremos com mais detalhes no decorrer do artigo. Isto é que a oferta dessa modalidade de ensino deve ser concretizada no sistema de ensino regular. Todavia, o termo “preferencialmente” tende a implicar a disponibilidade desse atendimento não fundamentalmente no sistema regular de ensino, abrindo então, preferência para a sua efetivação em outros âmbitos educativos.

Diante disso, Matiskei (2004, p.11) afirma que, com a homologação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi possível ampliarmos os debates sobre o tema e, principalmente, compreender que “especial” não é o aluno com deficiência, mas as práticas adotadas para a escolarização do mesmo. Com isso, o foco passa a ser fundamentalmente, para práticas pedagógicas que resultem em uma inclusão com qualidade, onde o aluno com NEE possa ter acesso aos procedimentos educativos que propiciem seu desenvolvimento cognitivo e social.

Na busca pela acessibilidade, criam-se, no ano de 2009, o Atendimento Educacional Especializado- AEE. De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 04/2009 o mesmo tem como objetivo garantir meios aos alunos com NEE que os permita o acesso ao currículo escolar, bem como a independência por si só na realização das tarefas e na construção da autonomia de alunos.

Por conseguinte, a educação inclusiva desenvolve a participação de todos, sendo eles deficientes ou não, no campo cultural, social, familiar e profissional. Para que isso aconteça, é fundamental a transformação da cultura, da práxis social e das políticas vigentes em instituições escolares.

Desta forma, é importante estabelecermos na educação de alunos com NEE, essencialmente na educação infantil, a ideia de uma prática mediadora, que permita a apropriação da linguagem, dos signos, sentidos e significados, bem como de informações contidas nos objetos e situações do meio no qual essa criança esta inserida. Portanto, a escola torna-se um espaço de vida coletiva e de mediações pedagógicas, nela são formados valores, normas e modo de vida que permitirão a construção dos sujeitos históricos sociais.



INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS COM NEE E SUAS BASES LEGAIS

No decorrer das últimas duas décadas, ampliou-se o debate a respeito da Inclusão Social e os melhores caminhos para concretizá-la. Os debates gerados em âmbito mundial se refletiram no Brasil, mas, apenas depois da década de 90 é que o tema Inclusão Social surgiu no campo educacional, passando, então, a discutir os ideais integracionistas de educação. A visão de integrar crianças especiais em ambientes escolares se transformou em modelo de colocar as crianças em salas especializadas, e esse fato, no século XX, apresenta-se escasso, uma vez que o acesso não garante o desenvolvimento cognitivo do mesmo.

Para tanto, nos estudos atuais sobre a inclusão de alunos NEE no âmbito escolar, promoveu no que diz respeito à esfera social e acadêmica, amplos debates acerca da sua importância para o desenvolvimento integral da criança, bem como a sua concretização nas escolas públicas.

Assim, como já foi referenciado no tópico anterior, a esfera política, nessa ocasião, foi apontada pela defesa da universalização do acesso escolar, uma vez que a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, já preconizava a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1998, Art. 206, inciso I).

De tal modo, o embate inicial incidiu em garantir o acesso à educação aos alunos com deficiência, porém, somente a partir da Lei nº 9.394/96 que é explicitada a preocupação com as ações qualitativas no ensino ofertado a esta população.

Para tanto, é correto mencionar que os debates referentes a escolarização de alunos com NEE, é um dos principais fatores consistentes na conferência legal da inclusão escolar de alunos com deficiência nas escolas regulares. Uma das maiores representações desse movimento consiste na elaboração do documento denominado a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, elaborado em 2007, cujo intuito consiste em acompanhar “os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos” (BRASIL, 2007).

Observa-se que o documento ampara a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas brasileiras, uma vez que tem como intuito garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando e capacitando os sistemas de ensino, para promover respostas às necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem.

A Lei nº 9394/96 já preconizava o direito dos mesmos à educação escolar, esta Lei explicita a oferta da educação para alunos NEE na faixa etária de zero a seis anos, a melhoria da qualidade dos serviços educacionais, bem como a necessidade do professor estar preparado e com recursos adequados de forma a compreender e atender à diversidade dos alunos.

No que diz respeito às redes de ensino, deixa claro que as instituições devem assegurar a esses alunos currículo, métodos, recursos e organização para atender suas necessidades. Assim, é expresso no art. 58:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (BRASIL, 1996).

Com o progresso das políticas, surge um novo desafio, com vista à ampliação do espaço de vida coletiva e de interações grupais, nele são cultivados valores, normas e modo de vida. Isto é, a escola torna-se o local de trocas intensas de experiências e aprendizagem entre os educandos e professores, que fazem compõem o processo educacional.

Deste modo, a educação especial expande a participação de todos os indivíduos, deficientes ou não, no campo cultural, social, profissional e familiar. E para que aconteça de forma integral, faz-se necessário a alteração da cultura, das práxis sociais e das políticas vigentes nas instituições escolares.



Com isso, devemos destacar que a educação especial enquanto modalidade de ensino, perpassa todos os níveis educacionais, todavia, seu marco inicia-se justamente na Educação Infantil da rede regular de ensino. Nesse sentido, entende-se que as crianças com NEE devem possuir acesso a um ambiente formador, que ultrapasse as barreiras de atividades meramente manuais e repetitivas. Desta forma, concebemos a escola como espaço de reelaboração do conhecimento cotidiano para um saber científico sistemático, permitindo o desenvolvimento de novas relações cognitivas de seu pensamento com o mundo.

Portanto, para nossas crianças é indispensável que o ambiente escolar, torne-se um agente de transformação do conhecimento espontâneo para um saber científico organizado e sistematizado, assim sendo, ressaltamos as mediações sociais, como um suporte em que esse aluno estabelecerá interações com o mundo culturalizado.

AS POLÍTICAS INCLUSIVAS: Categorização de artigos da ANPED

Para o desenvolvimento desta pesquisa, realizamos uma coleta de dados em Anais da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). A ANPED é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1976 com o esforço de alguns Programas de Pós-Graduação da Área da Educação. Em 1979, a Associação consolidou-se como sociedade civil e independente, admitindo sócios institucionais (os Programas de Pós-Graduação em Educação) e sócios individuais (professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação em educação). A ANPED tem por finalidade o desenvolvimento e a consolidação da pós-graduação e da pesquisa na área de Educação no Brasil. Ao longo dos anos, tem se projetado no país e fora dele, como um importante espaço de debate das questões científicas e políticas da área, constituindo-se em referência maior na produção e divulgação do conhecimento em Educação.

A pesquisa teve o início com um levantamento nos Anais dos anos de 2007 a 2011. Os artigos analisados foram apresentados no Grupo de Trabalho número 15 de Educação Especial, das seguintes reuniões.

Na reunião nº 30 no ano de 2007 foram apresentados quinze artigos cujos títulos são:

- (Im)Possibilidades de pensar a inclusão;
- A produção do aluno “problema” no discurso escolar: o livro “negro” como estratégia do gerenciamento do risco;
- A valiação educacional para alunos com baixa visão e múltipla deficiência na educação infantil: uma proposta de adaptação e elaboração de instrumentos;
- Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola: uma proposta necessária e em ascensão
- A difícil tarefa de promover uma inclusão escolar bilíngüe para alunos surdos
- Alternativas de letramento para crianças surdas: uma discussão sobre o shared reading program;
- Educação inclusiva de surdos/as numa perspectiva intercultural;
- Movimentos, expectativas e tendências: inclusão escolar no ensino municipal de porto alegre;
- A escolarização do aluno surdo e a significação de si: ser, conhecer e aprender;
- Alunos com altas habilidades/superdotação: o atendimento em salas de recursos no estado do paraná;
- Formação continuada em ambientes escolares inclusivos: foco nos professores de educação física;
- O discurso do professor e os processos de constituição escolar de maria;
- A família no contexto da inclusão escolar;
- As múltiplas dimensões educativas da escola para o aluno com deficiência mental;
- Formação docente e educação de surdos: uma análise dos discursos da diversidade.

Quadro 1: 30º Reunião

Na reunião nº 31 no ano de 2008 foram apresentados quinze artigos cujos os títulos são:

- A inclusão escolar no espaço do recreio;
- As leituras e os leitores da educação para alunos com incidadores de deficiência: a fabricação do contrato educativo da escola inclusiva;
- Surdez e educação superior: que espaço é esse?;
- Formação docente e psicomotricidade em tempos de escola inclusiva: uma leitura com base em henri wallon;
- A maquinaria escolar: discursos que inventam verdades sobre os alunos surdos;
- Avaliação da acessibilidade em escolas do ensino fundamental usando a tecnologia digital;
- Intersecções de tempos e espaços na educação de surdos: textos e depoimentos;
- Transtornos globais do desenvolvimento e educação: análise da produção científico-acadêmica
- Análise epistemológica das dissertações e teses em educação especial;
- Da alteridade e da dialogia com criança indígena de baixa visão: a inclusão em contexto intercultural
- O ensino da língua espanhola na educação especial: aprendizagem e formação docente;
- Tratar de avaliar, tratar de disciplinar: o contexto da avaliação na educação de surdos;
- Apae educadora e a organização do trabalho pedagógico em instituições especiais;
- Estratégias de ensino e recursos pedagógicos para o ensino do aluno com deficiência visual na atividade física adaptada;
- Programa educação inclusiva: direito à diversidade. Uma análise a partir da visão de gestores de um município pólo

Quadro 2: 31º Reunião

Na reunião nº 32 no ano de 2009 foram apresentados quinze artigos cujos os títulos são:

- Ela fica ali na sala de aula, os alunos fazem, ela ganha folha pra desenhar”: inclusão escolar de educandos cegos em artes visuais;
- Estado do conhecimento na área de altas habilidades/superdotação no Brasil: uma análise das últimas décadas;
- Inclusão de alunos surdos na escola regular: aspectos linguísticos e pedagógicos;
- Práticas normalizadoras na educação especial: da institucionalização do anormal à inclusão escolar;
- A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino no município de Londrina;
- Experiências ambivalentes da inclusão escolar na ótica dos alunos com deficiência mental;
- Nas margens dos manuscritos e da vida: representações de deficientes em iluminuras medievais;
- Professores da educação especial: profissionalidade docente e constituição identitária;
- Análise de indicadores cognitivos e comportamentais em provas assistidas com crianças com necessidades educativas especiais;
- Formação de professores em educação especial: os discursos produzidos em textos científicos;
- Políticas para a inclusão: ênfase na formação de docentes;
- Resistências e impossibilidades nas representações sociais de inclusão de professoras;
- Descortinando paisagens, rabiscando leituras: uma análise da inclusão de um grupo de crianças com necessidades especiais no estado de Sergipe;
- Implementação de políticas públicas de inclusão escolar: a matriz cognitiva como ferramenta de acompanhamento do processo;
- Polivalentes, generalistas e tolerantes: formando professores na lógica inclusiva.

Quadro 3: 32º Reunião

Na reunião nº 33 no ano de 2010 foram apresentados dezoito artigos cujos os títulos são:

- (In)apropriações das práticas pedagógicas na educação de alunos com necessidades educacionais especiais;
- A relação entre os saberes morais, psicológicos, médicos e pedagógicos na produção da inclusão escolar;
- Diferença linguística e cultural na perspectiva da Inclusão: padrões interacionais e aprendizagem na sala de aula de surdos;
- O bebê com deficiência na educação infantil: perspectivas inclusivas do hidrocéfalo;
- Tramas entre deficiência, estado e educação: algumas reflexões a partir do contexto francês;
- A educação dos surdos na região do planalto médio rio-grandense– uma problematização das condições linguísticas e de escolarização;
- A relação pais de alunos com deficiência e escola comum: dilemas e perspectivas;
- Escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil (1997-2006);
- O profissional da inclusão escolar em foco;
- Uma pequena Alexandria: os paradoxos da inclusão e exclusão de saberes em uma biblioteca sobre a escolarização de alunos com transtornos globais do desenvolvimento;
- A política pública de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: algumas reflexões sobre as práticas discursivas e não discursivas;
- Da formação do anormal;
- Inclusão escolar de acadêmicos com deficiência na universidade: possibilidades e desafios;

- O trabalho docente na contemporaneidade: a educação de surdos como desafio;
- A prática curricular e suas implicações no trabalho com os educandos com deficiência visual: avanços e impasses da inclusão;
- Das políticas curriculares aos documentos curriculares nacionais e locais: diferenciação na escolaridade dos deficientes;
- Nós sem nós: alunos com deficiência visual na escola de tempo integral;
- Representações da educação especial: análise de um programa de formação continuada;

Quadro 4: 33º Reunião

Na reunião nº 34 no ano de 2011 foram apresentados vinte e quatro artigos cujos os títulos são:

- “Companheiros de infortúnio”: a educação de ‘surdos-mudos’ e o repetidor flausino da gama;
- A escola como lugar de desenvolvimento de corpos/sujeitos com deficiência;
- A organização do atendimento educacional especializado no sistema de ensino brasileiro para jovens com deficiência: a ótica dos gestores de estado da educação;
- Educação especial: do enfoque médico-clínico à ação docente;
- O discurso das altas habilidades na contemporaneidade;
- Preconceito e educação inclusiva: (re)tratando a inclusão de alunos com deficiência no ensino fundamental;
- A comunicação da pessoa com surdo cegueira na escola: desafios e possibilidades;
- A escolarização de alunos com deficiência intelectual em diferentes contextos educacionais;
- Sociedade Pestalozzi e a educação especial em minas gerais nas décadas de 1930 e 1940;
- Formação docente capitalizada: análise de uma proposta na educação de surdos;
- Os pressupostos da pesquisa-ação e a produção acadêmica em inclusão escolar: uma análise a partir da teoria do agir comunicativo;
- Problematizando o trabalho do intérprete de libras nas escolas regulares;
- A construção de uma identidade docente inclusiva e os desafios ao professor-formador;
- A experiência de integração escolar italiana: elementos históricos e desafios atuais;
- A totalidade da deficiência e os direitos do homem egoísta em apropriações da inclusão escolar;
- Formação, cinema e audiodescrição: pode a sétima arte Influenciar no processo construtivo de pessoas visualmente limitadas?
- Perfil e percepção do guia-intérprete educacional no âmbito da surdo cegueira;
- Produzir e consumir: negociações da cultura surda no cenário contemporâneo;
- A emergência do sujeito pedagógico surdo no espaço de convergência entre comunidade e escola de surdos;
- A ordem do discurso na educação especial;
- Conhecimento pedagógico do conteúdo de professoras da escola regular: contribuições dos casos de ensino;
- Movimentos da/na infância contemporânea: crianças referidas como hiperativas no contexto escolar;
- Tecnologia assistiva e paradigmas educacionais: percepção e prática dos professores;
- Políticas de educação inclusiva no Brasil: uma análise da educação especial na educação infantil (2000-2010)

Quadro 5: 34º Reunião

Para que a análise ocorresse de uma maneira clara foi necessário que separássemos os 87 artigos encontrados em 10 categorias: 1. Deficiência Intelectual. 2. Deficiência Visual. 3.

Deficiência física. 4. Deficiência auditiva. 5. Transtornos globais do Desenvolvimento. 6. Altas/Habilidades e superdotação. 7. Políticas Inclusivas. 8. Histórico da Educação Especial. 9 Formação Docente. 10. Outros. No Gráfico 1 estão categorizados os artigos.

CATEGORIAS ANALISADAS	2007	2008	2009	2010	2011
1. Deficiência Intelectual	1	1	1	1	1
2. Deficiência Visual	1	2	2	2	1
3. Deficiência física					
4. Deficiência auditiva	5	4	1	3	4
5. Transtornos globais do Desenvolvimento		1		1	1
6. Altas/Habilidades e superdotação	1		1	1	1
7. Políticas Inclusivas	3	1	1	5	4
8. Histórico da Educação Especial			2		3
9. Ação Docente	2	1	4		4
10. Outros	2	4	3	5	5

Quadro 6: Categorias analisadas

Ao analisar a 30ª reunião anual, ocorrida na cidade Caxambu no estado de Minas Gerais, no período de 07 a 10 de outubro de 2007, percebemos que houve um número significativo de cinco artigos publicados que tratavam especificamente da categoria deficiência auditiva, alguns objetivos tinham como ponto essencial problematizar as reincidências discursivas que constituem o surdo enquanto sujeito pedagógico nos processos de formação docente. Tivemos também, três artigos sobre as políticas inclusivas, que tratavam designadamente das discussões centrais na área de educação decorrente da atual política nacional de educação que preconiza a educação inclusiva, ou seja, aquela organizada para atender a todos. E dois artigos com o tema voltado especificamente para a prática do professor com aluno NEE.

Nessa reunião foi encontrado um artigo da autora Bruno (2007) cujo título é “*Avaliação educacional para alunos com baixa visão e múltipla deficiência na educação infantil: uma proposta de adaptação e elaboração de instrumentos*” que tinha como objetivo, a educação da criança, com múltipla deficiência na educação infantil. Bruno (2007) conclui a pesquisa afirmando que:

redimensionar o papel do professor especializado que deixa de realizar a orientação técnica esporádica na escola para funcionar como membro da equipe diagnóstica com informações sobre as necessidades específicas do

desenvolvimento e necessidades educacionais especiais que garantam a promoção da aprendizagem desses alunos. (BRUNO,2007, p.15).

Para a autora, o papel e trabalho do professor em seu atendimento e com uma equipe multidisciplinar trabalhando juntos nessa fase da educação infantil o trabalho se torna mais eficaz. Observe abaixo.

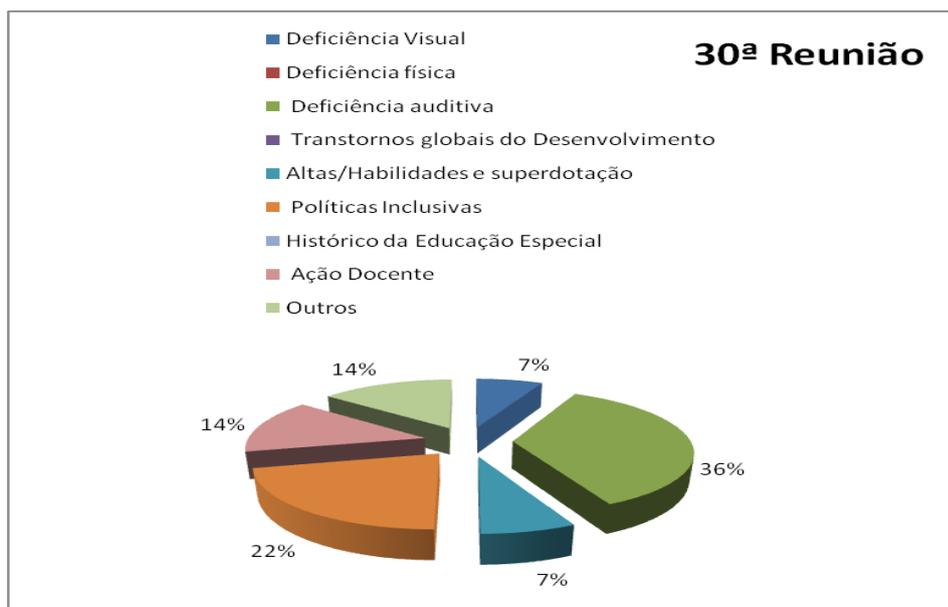


Gráfico 1: Representação da 30ª Reunião

Analisando a 31ª Reunião Anual no período de 19 a 22 de outubro de 2008, que aconteceu na cidade de Caxambu no estado de Minas Gerais, o número de artigos publicados que tratavam da deficiência auditiva, em seguida, vem os artigos com os temas das políticas inclusivas cujo objetivo é analisar as políticas de inclusão escolar para sujeitos com necessidade especiais em escolas da região. Essa apuração de artigos ficou muito parecida com a do ano de 2007 não progredindo estudos sobre a educação infantil que é o foco central de nossa pesquisa. Observe o gráfico abaixo.

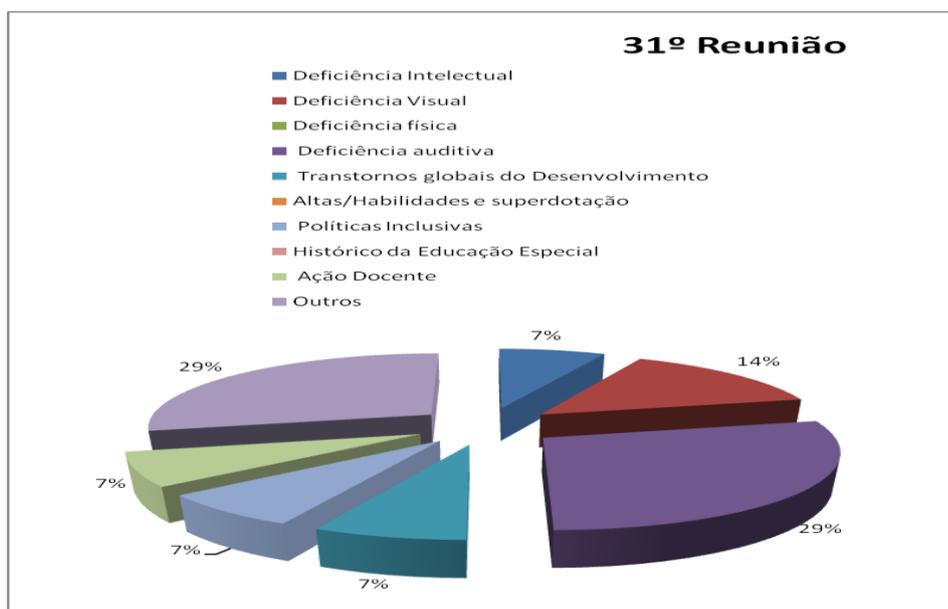


Gráfico 2: Representação da 31ª Reunião

Analisando os anais da 32ª Reunião Anual que ocorreu no período de 04 a 07 de outubro de 2009, que aconteceu na cidade de Caxambu no estado de Minas Gerais, notamos um número elevado de artigos que tinham como objetivo compreender a forma como profissionais que atuam com a educação de pessoas com NEE, constituem sua identidade profissional. Percebemos um número significativo de artigos que mencionavam aspectos históricos do tratamento e educação do aluno com NEE na Europa da Idade Média ao século XVIII. Notamos uma mudança de temas saindo um pouco da categoria de deficiência auditiva. Ao analisar essa reunião não encontramos nenhum estudos sobre a educação infantil. Observe o gráfico abaixo.

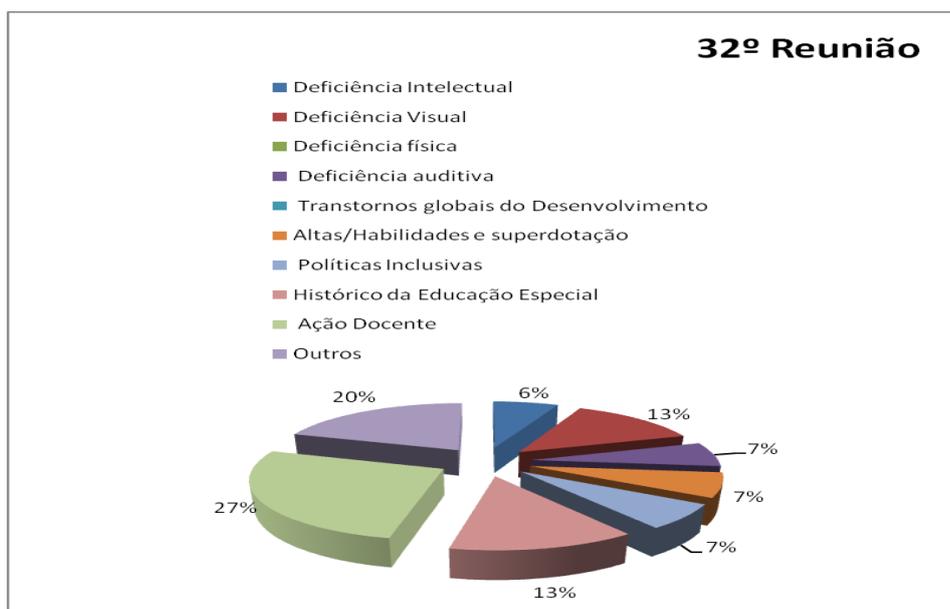


Gráfico : Representação da 32ª Reunião

Analisando a reunião 33º que ocorreu nos dias de 17 a 20 de outubro de 2010, cujo o tema central foi “Educação no Brasil: O Balanço de uma Década”. Percebe-se um número significativo de estudos que tinha como o tema alguns aspectos da normatização da política pública de inclusão educacional, mais especificamente na centralidade das ações para implementação do direito à educação de qualidade e ao Atendimento Educacional Especializado.

Não podemos deixar de mencionar o artigo das autoras (Arruda e Triñanes 2010) cujo título é: “Nós sem nós: alunos com deficiência visual na escola de tempo integral”. O objetivo do estudo foi analisar o trabalho pedagógico inclusivo de uma equipe escolar, do ensino fundamental, de uma escola de tempo integral, bem como a ressignificação do AEE para as ações pedagógicas inclusivas emancipatórias para o aluno com deficiência visual (Arruda e Triñanes 2010). Referenciamos esse artigo, pelo fato de abordar a categoria 2 deficiência intelectual com uma pesquisa bem distinta das reuniões anteriores. Observe o gráfico abaixo.

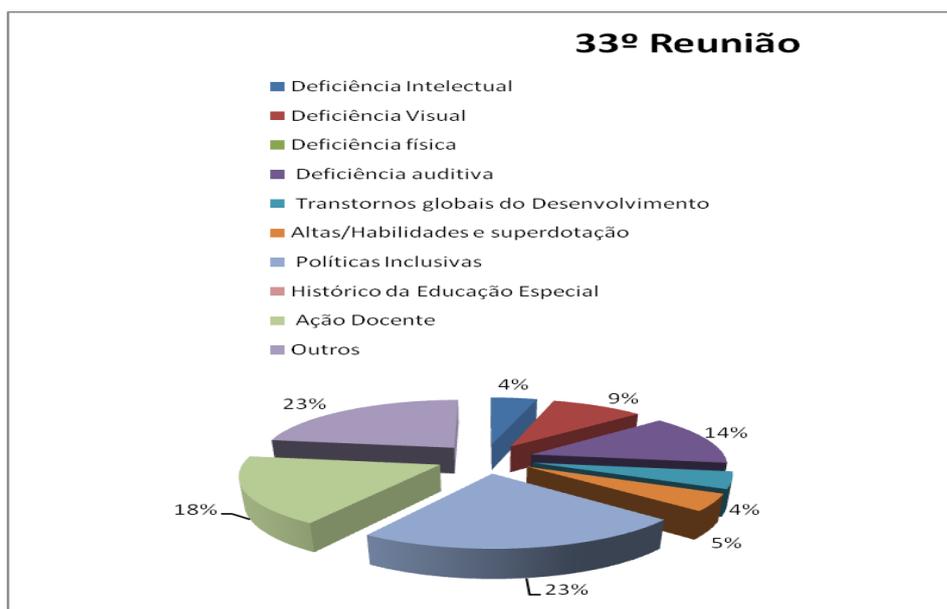


Gráfico 4: Representação da 33ª Reunião

Após 18 anos sendo realizada na região sudeste do Brasil, a 34ª Reunião Anual da ANPEd ocorreu na cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Nessa reunião houve um número maior de artigos publicados do que as demais reuniões totalizando 24 artigos. Percebe-se um número relevante de artigos que trabalhavam especificamente sobre a deficiência auditiva que tinham como objetivo a inserção do debate nessa nova perspectiva epistemológica, tanto na produção de conhecimentos, denominados estudos surdos, quanto na visão de escolarização de surdos.

Alguns artigos analisados tinham como foco a ação docente na área da educação especial e a constituição histórica de um conjunto de saberes e práticas que caracterizaram a atuação de professores de educação especial.

Nessa reunião encontramos dois artigos que tratavam da educação especial na educação infantil. O artigo da autora Freitas (2011) que tinha por objetivo discutir porque a escola vem produzindo discursos que identificam um número expressivo de crianças com o diagnóstico de hiperatividade, ela menciona no decorrer do texto até que ponto a educação sabe lidar com os que ela denomina de hiperativos e de quais recursos ela lança mão para tratar essa questão. Ela faz um levantamento de dados e coleta suas informações por meio de entrevistas e análises. A autora conclui seu estudo afirmando que:



defendo que, apesar da tendência à valorização da dimensão biológica, constitutiva no entendimento e na atenção às manifestações da hiperatividade, é possível identificar uma pluralidade de fatores intervenientes na constituição dos sujeitos identificados como hiperativos, o que nos indica a necessidade de considerar o sujeito na sua complexidade e singularidade, assim como a potência do trabalho contextual e educativo. (FREITAS, 2011, p. 12)

O Segundo artigo foi o das autoras Garcia e Lopes 2011 cujo o título: “Políticas de educação inclusiva no Brasil: uma análise da educação especial na educação infantil (2000-2010)”. As autoras procuram compreender os elementos que constituem uma realidade complexa na educação nacional, qual seja, aquela que se configura pela presença de crianças pequenas com deficiência nas instituições de educação infantil, no decorrer do estudo elas mencionam a condição de modalidade transversal que a educação especial e que complexifica sua forma de ser na educação básica e concluem seu estudo mencionando que:

gostaríamos de defender uma compreensão de que a Educação Infantil é um espaço educacional com possibilidade de intensificar o processo de aprendizagem e desenvolvimento de crianças com deficiência, respeitando suas necessidades e características próprias do gênero humano nesta fase da vida, e levando em conta as singularidades de cada indivíduo. (GARCIA E LOPES, 2011, p.12)

Não poderíamos deixar de enfatizar aquilo que as autoras vivenciaram. A educação infantil é uma espaço educacional onde a criança bem estimulada e bem atendida se desenvolverá e aprenderá independente de sua singularidade. Observe abaixo.

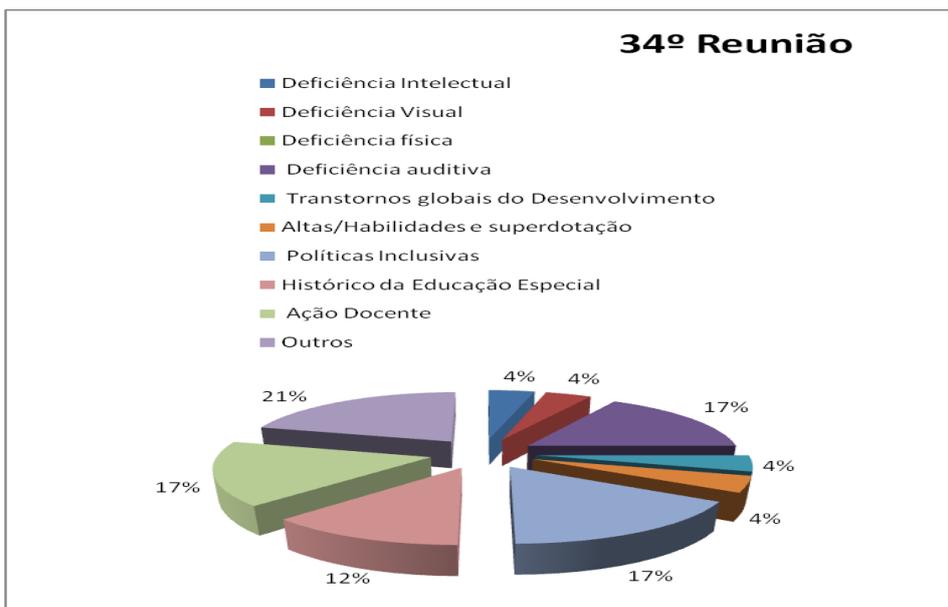


Gráfico 5: Representação da 34ª Reunião

Ao finalizar a pesquisa percebe-se que dentre os 87 artigos analisados 45% deles tem como foco a deficiência auditiva, a deficiência visual e as políticas públicas tem o número aproximado de artigos publicados, ficando com a 2ª colocação de 22% e por último com 11% ficaram os artigos que tratavam da atuação dos professores na educação especial.

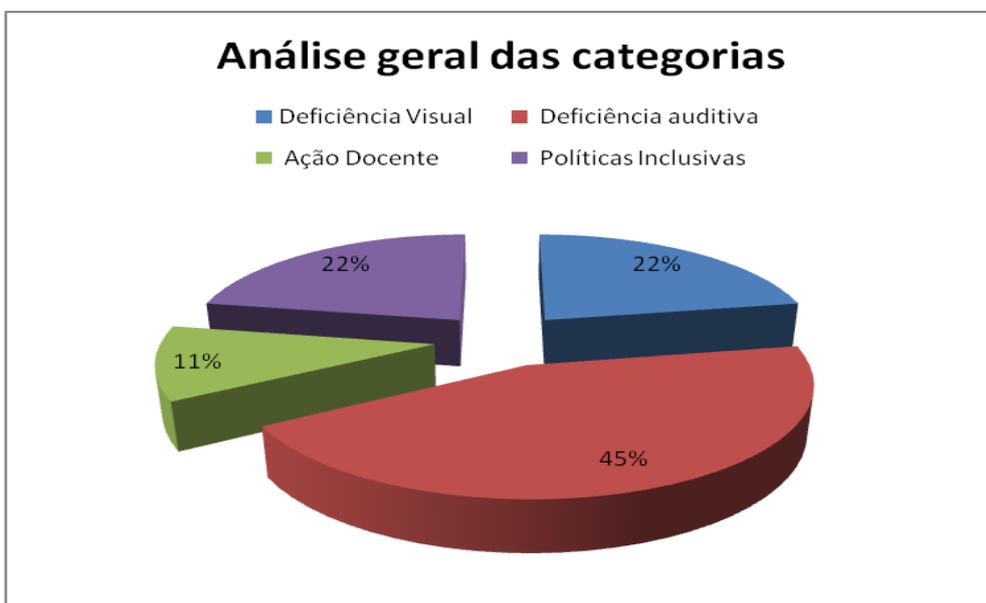


Gráfico 6: Representação geral das categorias

Concluimos a pesquisa, percebendo que o valor total de 97% dos artigos analisados tratavam de maneira geral de várias categorias da educação especial dentre as 10 divisões propostas e analisadas e apenas 3% com artigos tratavam especificamente da educação de crianças com NEE na educação infantil.

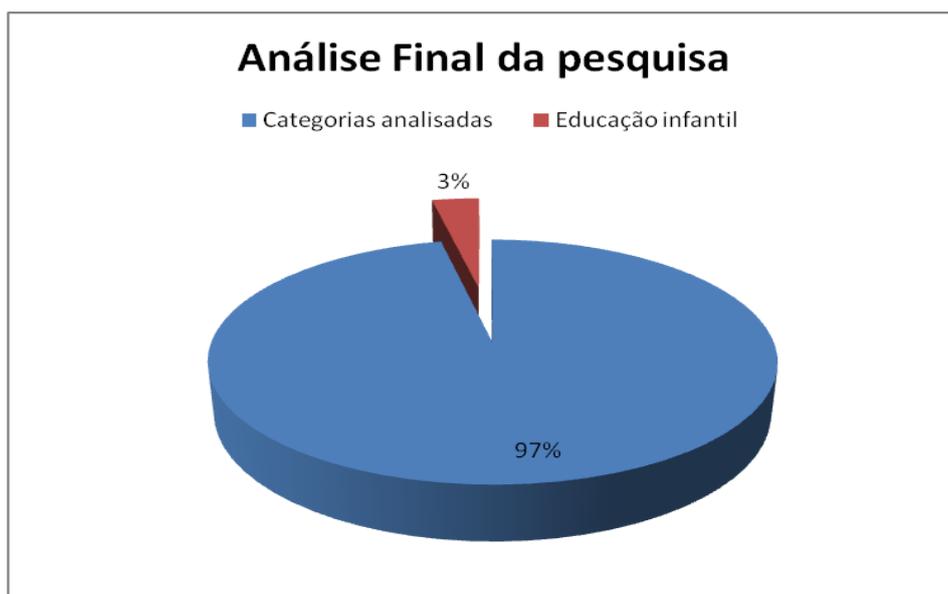


Gráfico 7: Representação final da pesquisa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, no decorrer do artigo apresentamos como são sistematizadas pelos pesquisadores as políticas inclusivas de crianças com necessidades educativas especiais, por meio das pesquisas publicadas no site da ANPED. Nosso estudo apresentou um levantamento e verificou em quais categorias preestabelecidas, sobre os temas elegidos, insidiriam os trabalhos publicados nos anais da Anped, no período delimitado no período de 2007-2011.

Esse trabalho exibiu como a história da educação infantil tem sido apresentada para nós educadores, bem como conceitos importantes para se compreender as políticas da inclusão escolar no que diz respeito a educação infantil



A pesquisa teve como foco apresentar a categorização de artigos sobre a inclusão de pessoas com necessidade educativas especiais, no decorrer da investigação foram encontrados ao todo 87 artigos, mas somente 3 apresentou pesquisas significantes que tratavam do da educação infantil.

Não podemos deixar de mencionar que em muitos artigos os alunos com NEE têm demandado as alterações significativas por parte da escola, abrangendo a avaliação, a ação docente e o currículo. Diante disso, como podemos notar em nossas leituras ainda existem muitas oposições em relação ao acesso e estabilidade desses sujeitos nas escolas de ensino comum. O amplo desafio cotidiano parece ser o de construir estratégias de ensino que valorizem os conhecimentos que estes alunos têm, contudo, que provoquem a cada um, que os estimule, que os mobilize a participar da construção de conhecimentos, e isso desde a educação infantil é essencial, pois é lá que se constitui a base da criança isto é, a raiz.

Diante disso, a análise desenvolvida permitiu compreender que a educação especial na educação infantil, tem sido alvo de poucos pesquisadores, mas os poucos que se dispõem a escrever sobre a temática nos apresentam trabalhos significativos e que nos fazem refletir.

ANALYSIS OF ACTION OF INCLUSIVE EDUCATION OF CHILDREN EDUCATION OF CHILDREN WITH SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS IN WORKING GROUP ANPED (2007-2011)

Abstract - This article presents the results of a bibliographical exploratory research aimed to analyze how are systematized by researchers inclusive policies for children with special educational needs , through research published in the ANPED site in the 2007-2011 period. During the research we exposed significant points as the history of early childhood education has been presented to us as educators and also shows concepts about the policies of school inclusion. The work is guided , in categorizing articles on the inclusion of people with special educational needs , and the factors that help in its development.

Key-words: Special Education. Childhood Education. Anped Special Education.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEF/COEDI, 1998.

_____. Parecer CEB n. 22/98. Resolução CEB n.1, 7 de abril de 1999. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: CNE/CEB, 1999.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2007.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. Avaliação educacional para alunos com baixa visão e múltipla deficiência na educação infantil: uma proposta de adaptação e elaboração de instrumentos. In, **Anais 30º Reunião da Anped 2007**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT15-3411--Int.pdf>. Acesso em: 16 junho de 2012.

FREITAS, Claudia Rodrigues de. Movimentos da/na infância contemporânea: crianças referidas como hiperativas no contexto escolar. In, **Anais da 34ª Reunião da Anped, 2011**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/app/webroot/34reuniao/images/trabalhos/GT15/GT15-443%20int.pdf>. Acesso em: 16 junho de 2012

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Políticas de inclusão e currículo: transformação ou adaptação da escola? In: Endipe (XIV). **Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e cultura**. 2004.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso, LOPEZ, Graziela Maria Beretta. Políticas de educação inclusiva no Brasil: uma análise da educação especial na educação infantil (2000-2010). In, **Anais 34ª reunião da Anped, 2011**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/app/webroot/34reuniao/images/trabalhos/GT15/GT15-902%20int.pdf>. Acesso em: 16 junho de 2012.

MANTOAN, M. T. E; PRIETO, R. G; ARANTES, V. A (Org). **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)**. São Paulo, Loyola, 1986.



MATISKEI, A. C. R. M. **Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas.** Educar; Curitiba. Editora UFPR.2004,p.185-202.

MARCHESI, Álvaro. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Orgs). **Desenvolvimento psicológico e educação.** 2.ed. Porto Alegre: Artemed, 2004, p.15-30.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre a inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação. V. 11. n.33. 2006. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>> Acesso em 15/06/2009.

MOUSSATCHÉ, Anna Helena. Diversidade e processo de integração. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér e colab. **A integração de pessoas com deficiência:** contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo; Editora Memnon, 1997, p.10-12.

Recebido em: 23/04/2015

Aprovado em: 17/06/2015